

18/5/1984

Novo ataque à Sabesp. Agora, em Icém.

Cerca de 50 pessoas, com picaretas, machados e paus — acompanhadas por centenas de curiosos —, tentaram depredar e incendiar a sede da Sabesp em Icém, na região de São José do Rio Preto.

Foram dissuadidos por oito policiais civis e militares. Alguns, porém, dirigiram-se às estações de tratamento e de captação de água, quebrando vidraças e danificando alguns equipamentos, entre os quais um sistema elétrico de comando, o que não chegou a comprometer o abastecimento de água na cidade. Não houve choques nem prisões.

A manifestação começou por volta das 23 horas de anteontem, depois de reunião da qual participaram moradores da cidade que integram “comissão municipal” que vem protestando contra as taxas de água cobradas pela Sabesp. Semanas atrás, resolveram fazer “boicote”: deixaram de pagar as contas. Anteontem, decidiram partir para o “quebra-quebra” e foram caminhando até a sede, o que chamou a atenção de outros moradores. Por isso, a maioria dos que se dirigiram à Sabesp eram curiosos.

Alertados, os oito policiais civis e militares da cidade foram para lá e conversaram com os manifestantes. “Felizmente, todos nós nos conhecemos, a cidade é pequena. Pedimos calma, e que se dispersassem”, disseram os policiais. Não houve uma prisão sequer, nenhuma violência. Quando chegaram os reforços de Olímpia e de São José do Rio Preto, totalizando cerca de 30 policiais na cidade, a situação estava praticamente sob controle.

Não foram identificados os líderes do movimento. Estes não participaram da tentativa de “quebra-quebra”, porém foram os insufladores, para o vereador Júlio César de Oliveira, do PMDB. Não foi movimento de massa, mas “dirigido”. A prefeitura e vários vereadores, há algumas semanas, “procuram solução para o problema da taxa. Não importa que seja com a Sabesp ou com o serviço municipal. O importante é que a taxa seja acessível a todos e tenhamos água de boa qualidade”, disse Júlio César.

Tarifas: reestudo.

A bancada do PMDB na Assembléia comprometeu-se ontem com o secretário de Obras e Meio Ambiente, João Oswaldo Leiva, e com o presidente da Sabesp, Gastão Bierrenbach, a dar-lhes respaldo político em novos estudos sobre as tarifas de água. Ambos estiveram ontem no Palácio Nove de Julho para tratar com a bancada situacionista a questão da depredação das instalações da Sabesp em Guariba, durante a revolta dos bóias-frias.

Também foi decidido que em 20 dias a Secretaria de Obras e a Sabesp concluirão um estudo que amplia o conceito de “tarifa social” de águas e esgotos.

Mesmo assim, Leiva acha que a violência dos trabalhadores volantes de Guariba não foi consequência da elevação tarifária. Segundo tabelas que apresentou, relativas ao consumo de água no município: 48% da população de Guariba paga taxas de água entre 705 e 5.338 cruzeiros mensais, graças à “tarifa social, estabelecida pelo governo”.

Para o secretário e deputados com que trocou idéias, o ataque às instalações de empresa estatal em Guariba pode ser explicado como ato de revolta, contra algo que representava o poder público.